

## **EDUCAÇÃO DECOLONIAL E ANTIRRACISTA: A IMPORTÂNCIA DO PENSAAMENTO FANONIANO**

Aldevane de Almeida Araújo<sup>1</sup>

### **Resumo**

Compreendendo o pensamento decolonial e a luta antirracista na conjuntura do Brasil do séc. XXI, a proposta é refletir através da diáspora africana como os pensamentos fanonianos contribuem para a condução de uma educação decolonial e antirracista, para consolidação do protagonismo histórico que a população negra tem, que foi negada e ocultada. Colabora com o estudo aqui apresentado duas obras de Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra* (1968), por detalhar o sistema de violência contra a população negra argelina, condenada em decorrência do colonialismo europeu e as formas de enfrentamento. E o livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), por trazer questões sobre a identidade negra. Recorremos também a Abdias do Nascimento, Kabengele Munanga e Achille Mbembe pelas influências de Fanon em suas reflexões e Ângela Davis, formando assim os principais aportes teóricos.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Identidade. Educação.

Recebido em 02 outubro de 2020 e aprovado para publicação em 16 de dezembro de 2020

---

<sup>1</sup> Professora efetiva no Centro Territorial De Educação Profissional (CETEP) - Recôncavo II Alberto Tôres, Cruz das Almas, BA. Mestranda em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (UFRB) e Especialista no Ensino de Filosofia e Sociologia. Correio eletrônico: aldevanealmeida.araujo@gmail.com.

## Introdução

Para entendermos o pensamento de Frantz Fanon é importante nos remetermos a realidade vivenciada e seu lugar de pertencimento, nascido na Ilha da Martinica em 1925, foi um revolucionário africano, lutou junto às forças de resistência no norte da África e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, por isso chegou a ser condecorado duas vezes por sua resistência. Na França tornou-se filósofo e psiquiatra, como podemos identificar:

Após completar seus estudos em psiquiatria e filosofia na França, dirigiu o Departamento de Psiquiatria do Hospital Blida-Joinville na Argélia (hoje renomeado como Hospital Frantz Fanon) e tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, entrando, assim, na lista de cidadãos procurados pela polícia em todo o território francês. Todo o resto de sua vida foi dedicado a esta batalha, enfatizando sua importância na luta para transformar as vidas dos condenados pelas instituições coloniais e racistas do mundo moderno. Fanon morreu de pneumonia em 6 de dezembro de 1961 em Bethesda, estado de Maryland, nos Estados Unidos, enquanto buscava tratamento para sua leucemia.<sup>2</sup>

Fanon tem uma história que podemos considerar curta, faleceu muito jovem de leucemia, aos 36 anos de idade, porém a luta por libertação e descolonização dos povos subalternos colonizados marcam sua trajetória. Escreve bastante e se debruça nos estudos psiquiátricos, torna-se um autor importantíssimo para os pensamentos da luta antimanicomial, para as ciências sociais, política, filosofia da diáspora africana, racismo e outros temas. Assim se faz presente e essencial para pensarmos decolonização e luta antirracista no contexto do Brasil atual.

Os escritos de fanonianos parte de uma sociedade extremamente racista, França, em 1951 têm sua tese de doutorado recusada pela banca, posteriormente a mesma tese que foi recusada se torna seu primeiro livro que fica intitulado e conhecido como *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Identifica-se o caminho complexo de um teórico negro que tem o racismo vivenciado cotidianamente no país europeu. É a partir desse contexto de pertencimento do autor que iremos desenvolver as reflexões, tendo como referência principal o livro “Os Condenados da Terra”.

Fanon, fala que nos países subdesenvolvidos os governantes sempre estão convocando o povo para o combate “contra o colonialismo, combate contra a miséria e o subdesenvolvimento, combate contra as tradições esterilizantes”<sup>3</sup>, porém faz uma crítica a esse movimento, pois os governantes se espelham nas conquistas do desenvolvimento do

---

<sup>2</sup> GORDON, Lewis. Prefácio do livro: **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 12.

<sup>3</sup> FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 75.

povo europeu e utiliza isso com a justificativa de que o povo negro conquistará poderes por esforços. Para ele, enquanto os países subdesenvolvidos buscarem se esforçar tendo a Europa como exemplo, acreditando que irão conseguir o mesmo grau de conquistas econômicas, sociais e políticas, sem assumir seu protagonismo, esses esforços não farão dos países e regiões subdesenvolvidas potências econômicas, pois a Europa teve todo o aparato burguês com a maior concentração de riquezas, compreende-se que:

Diante deste mundo, as nações europeias espoliam-se na opulência mais ostensiva. Essa opulência europeia é literalmente escandalosa porque foi edificada sobre o dorso de escravos, nutriu-se do sangue de escravos, procede em linha reta do solo e do subsolo deste mundo subdesenvolvido. O bem estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e o cadáver dos negros, árabes, índios e amarelos.<sup>4</sup>

Fica explícito que os europeus nutridos do sangue escravizado estavam diante de uma sociedade subdesenvolvida, miserável, faminta e que a questão não era mais a independência e libertação dos povos colonizados, mas a redistribuição de riqueza. Portanto, os colonizados deveriam lutar para sobreviver a esse sistema, que não permeava mais em ser capitalista ou socialista, mas em modificarem as formas de trabalho para conquistarem condições dignas de sobrevivência.

A redistribuição de riqueza que o autor acredita, seria doravante dos países colonizadores, onde assumiriam suas responsabilidades diante dos povos escravizados e devolveriam os lucros que obtiveram para reabilitarem os explorados, com uma reparação histórica e social. Porém, não aconteceria de maneira amigável, pois tem início de modo violento, assim – Fanon defende a violência como forma de conquista para sobreviver ao sistema colonialista. Não se trata aqui da condição de libertação a partir da expulsão dos colonialistas, não existia mais essa possibilidade porque o sistema já havia capturado os colonizados que acreditavam fazer parte da cidade e de tudo que o colono havia construído em cima do derramamento de sangue dos subalternos, mas trata de pensar libertação com base na decolonização, prevalecendo a cultura, linguagem, coletividade e a essência dos povos colonizados.

Trazendo essa proposta do Fanon para o Brasil, temos como exemplo a estrutura racista que consolida as instituições e as relações étnicorraciais, violando os direitos de homens e mulheres que compõem a população enquanto negros, negras, indígenas, quilombolas, ciganos, ciganas, LGBTQIA+ e outros/as, constituindo dentro da nossa subjetividade a ideia de marginalizados.

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 76-77.

Considerando as especificidades e o pluralismo da população negra brasileira e a diáspora africana, iremos desenvolver as reflexões sobre decolonização e a luta antirracista embasadas principalmente nos pensamentos fanonianos, utilizando também alguns teóricos brasileiros que foram influenciados por esses pensamentos.

### **Violência e negação dos povos negros**

Fanon acredita na descolonização<sup>5</sup> como uma ação que só pode acontecer baseada no colonizado, diferente do que trazia em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) onde a descolonização também partiria da branquitude. Na obra *Os Condenados da Terra* (1968) esse movimento se restringe ao colonizado, pois entende-se que o colonizador não quer os povos negros subalternos fazendo parte do que considera como seu território, mas pretende-se eliminá-lo, isso mesmo, o colonizador quer eliminar a população escravizada por meio da violência. Destacada na contemporaneidade com a repressão policial, encarceramento e adoecimento mental, a ordem e as leis se instituem para dominação da branquitude, formando uma estrutura dominante com base na violência. O mundo colonizado no pensamento fanoniano tem divisórias e compreendemos que com a institucionalização da violência não se pode mais retornar à essência dos nossos ancestrais, mas temos como enfrentar o projeto colonialista de maneira antirracista e decolonial. Para fixarmos as divisões do mundo colonizado destacamos que:

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino religioso ou leigo, a formação de reflexos morais transmissíveis de pai a filho, a honestidade exemplar de operários condecorados ao cabo de cinquenta anos de bons e leais serviços, o amor estimulado da harmonia e da prudência, formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição que torna consideravelmente mais leve a tarefa das forças da ordem. Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de "desorientadores". Nas regiões coloniais, ao contrário, o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contacto com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer. Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifestadas com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Importante esclarecer que Fanon não utiliza o termo decolonização, esse termo ganha notoriedade nos debates a partir de 1990, mas na obra *Os Condenados da Terra* ele escreve que a questão não é descolonizar, pois não temos como retornar ao passado de origem, pois as marcas da colonização não tinham como serem esquecidas. Assim, constatamos sua influência no pensamento decolonial, como uma reivindicação histórica do saber e protagonismo do povo negro.

<sup>6</sup> FANON, op. cit., p. 28.

Fanon detalha o lugar do colonizado e do colonialista, aqueles colonizados que cedem ao narcisismo europeu, de seguir as normas, de trabalharem para manutenção do país, incorporando os ideais nacionalistas mesmo convivendo com a exploração, trabalhando como operários durante toda a vida, são conduzidos a condecoração de honra e honestidade por não infringirem as ordens. Compreendemos que esse modelo de operário descrito é do colonizado que não tem mais forças para lutar contra o sistema instituído, que se expandiu em todo território e veio se estendendo por todo o mundo, assim tornam-se alienados ao que o colono determina.

Em contrapartida os que não seguem a ordem estabelecida, geralmente desenvolvem trabalhos rurais, se articulam de alguma maneira com os grupos partidários e não se rendem, questionam o sistema, e acabam sendo violentados de todas as formas pelos porta-vozes dos colonos, os soldados, esses não escondem o exercício da violência e dominação. Importante salientarmos, que os soldados exercem funções determinadas pelo colono para a eliminação e represália dos colonizados considerados desobedientes, porém, quem são os soldados? São os colonizados que passaram a tolerar a dominação, a se sentirem parte das cidades e dos colonialistas – agindo para manutenção da ordem. Aqui identificamos caros leitores, que colonizados se voltam contra colonizados, os objetivos se diferem, por um lado segue-se as normas e por outro busca-se independência.

O caminho percorrido para entendermos violência como ponto de partida para a dominação do colonizador e de outro modo descolonização para os povos colonizados, não é diferente das violações que as populações negras sofrem no Brasil, vamos exemplificar a seguir, algumas ações produzidas e reproduzidas pelo Estado.

No Brasil, as periferias que se formaram nas metrópoles caracterizam o que poderíamos comparar com o apartheid<sup>7</sup>, modelo segregacionista, referenciando o território demarcado, onde se dividem os bairros pertencentes a elite dominante heteropatriarcal e o lugar dos que estão à margem da sociedade, os marginalizados, que trabalham cotidianamente para manutenção das metrópoles, porém as condições dignas de sobrevivência são negadas pelo Estado. Questiona-se a partir desse exemplo, quais são os lugares que identificamos as desigualdades sociais, violências, dominações e repressões no Brasil? Podemos levantar outras questões para pensarmos o território brasileiro, levando em consideração suas especificidades, mas o que queremos enfatizar, é que a população negra, indígena, cigana, quilombola e outras, compõem as categorias sociais que o sistema capitalista derivado do colonialismo tenta<sup>8</sup> cotidianamente eliminar. As violências que se

---

<sup>7</sup> Regime de segregação racial que aconteceu na África do Sul em 1948, legitimado pelo Estado.

<sup>8</sup> Tentativa no sentido de que há resistência, a exemplo dos coletivos e Movimentos Sociais que tem grande representações e ações na luta por direitos.

apresentam na sociedade contemporânea vem acompanhada de repressão policial, encarceramento em massa da população negra, falta de saneamento básico, transporte público, lazer, infraestrutura, emprego, renda, saúde, efetivação de políticas públicas e infinitos serviços básicos que o Estado deveria prestar enquanto instituição pública que visa promover igualdade e equidade – porém – o que temos é o exercício da violência como forma de eliminação dos que não se adequam as instituições.

Levando em consideração as colocações de Abdias do Nascimento no livro, “O Genocídio do Povo Negro Brasileiro (2016)”, as violências se deram de várias formas para colocar em prática o genocídio, pensando na população indígena, a participação da igreja, de colonos e Africanos que foram capturados pelo sistema, contribuíram no plano para dizimarem os indígenas. A exploração sexual das mulheres escravizadas, o embranquecimento através da miscigenação, fazem parte do plano que Abdias se refere como o mito da democracia racial<sup>9</sup>, esses são alguns exemplos de violências que carregamos cotidianamente refletidas da sociedade brasileira em que estamos inseridos/as. Kabengele Munanga descreve perfeitamente esse genocídio e violências por meio da mestiçagem da seguinte forma:

A mestiçagem, como articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados deste século, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural), desembocaria numa sociedade unirracial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos stocks raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural.<sup>10</sup>

Destarte, entendemos que a violência mantém o sistema de dominação, podemos citar a negação do racismo no Brasil como Munanga já desmitificou em suas reflexões sobre democracia racial, mas o alicerce e institucionalização desse projeto político continua sendo reproduzida de várias maneiras, o Estado e instituições utilizam a justificativa que somos um país democrático e todos/as somos iguais, ocultam as reais situações de desigualdades no país. A negação das violências exercidas sob os corpos negros, intermediada pelo Estado, e a repressão policial por exemplo, que é justificada geralmente como legítima defesa. Não podemos esquecer que os fundamentos da criação da repressão policial, tiveram como base

---

<sup>9</sup> É implementada uma política de branqueamento no Brasil para vender a ideia de que todos e todas vivem bem, sem exclusão social.

<sup>10</sup> MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 90.

a defesa do Estado, confirmando assim, que a democracia racial está estruturada e continua aliada ao exercício da força e manutenção do racismo, afinal, como se explicam as estatísticas do encarceramento e homicídios no país?

Fanon já afirmava que a raça é uma invenção do colonialismo e que o sujeito de cor está condicionado ao racismo, sem distinção de poder. Assim, a negação da humanidade do negro é disseminada, liga-se o negro ao não humano, a coisa, o não pertencente ao grupo, a animalidade, ao feio, ao mau, a tudo que o inferiorize. Essa negação do negro na sociedade europeia é tão forte que a prática de violências por meio simbólico, por meio da linguagem e silenciamento, se tornam mais uma ação para subalternizar o colonizado de meio universal, ou seja, se concentra para além da Europa.

O negro é destituído de humanidade, a alienação é imposta pelo colonialismo, a religião do branco é apresentada como verdade, atribuindo a ideia de perdão e negando tudo que não compõe o cristianismo, a condição do negro é de não lugar, de ser coisificado em uma sociedade racista. A partir dessa estruturação de informações sobre as violências, vamos seguir para pensarmos identidade negra e pertencimento.

## ● ser negro e identidade

A identidade do negro é uma construção social que tem importância imensurável para discutirmos pluralidade, subjetividade e coletividade. Para Kabengele Munanga, no livro *Negritudes, Usos e Sentidos (2009)*, considera-se que a construção de identidade ou personalidade coletiva tem três componentes essenciais: o fator histórico, o fator linguístico e o fator psicológico, assim entende-se que a identidade cultural perfeita do indivíduo ou do grupo, teria a presença simultânea desses três componentes, porém não é dessa forma que se manifesta em nossa sociedade, geralmente um fator acaba interagindo mais do que o outro, assim:

Poder-se-á dizer, em última instância, que a identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. Mas pode também haver manipulação da consciência indenitária por uma ideologia dominante quando considera a busca da identidade como um desejo separatista. Essa separação pode tomar a direção de uma folclorização pigmentada despojada de reivindicação política.<sup>11</sup>

De acordo com o que Munanga descreve como formação de identidade, não conseguimos desenvolver a consciência identitária de maneira separatista, pois ela se constitui coletivamente também, o conceito está inserido na complexidade dos fatores

---

<sup>11</sup> MUNANGA, **Negritudes: Usos e Sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 8.

históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais. Como podemos identificar em Fanon “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial”<sup>12</sup> esse desvio existencial é o de não pertencimento ao mundo colonizado, o negro é desapropriado do que os brancos instituem como humanidade. A luta dos povos negros na construção de identidade é negada historicamente, passa pela racialização dos sujeitos de cor, não dá para excluirmos dos fundamentos a ideia de raça, pois “a alienação do negro tem se realizado pela interiorização de seu corpo antes de atingir a mente, o espírito, a história e a cultura”<sup>13</sup>.

A negação do ser negro aparece em várias perspectivas no Brasil, a imagem em que somos educados e conduzidos a classificar como representação de beleza, é a do branco. Isso se reflete nos livros didáticos, nas redes sociais, nas estruturas sociais, nas representações de poder e outros. Aqui podemos recorrer ao eurocentrismo como a expressão universal do que se classifica como bondade, humano e belo, Fanon ao trazer a discussão sobre a identidade do negro na diáspora africana vai dizer que “o negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano”<sup>14</sup>. A condição de ser negro na sociedade colonizada é para se aproximar de tudo que for humano, se a humanidade é atribuída aos brancos pelos colonos, conseqüentemente o negro vai negar sua negrura e seguir o narcisismo brancoide como referência, ama-se o que é branco, se aproxima do que pertence ao branco.

Para Munanga no contexto brasileiro a sociedade tem tendência geral a fugir da cor da pele “negra”, de acordo com a prática do embranquecimento sustentada pela ideologia da democracia racial fundamentada na dupla mestiçagem, biológica e cultural. Nesse sentido, a ideia de democracia racial, de oportunidade e igualdade para todos, independentemente de sua raça ou classe, se propagou no território brasileiro. Essa foi uma das causas apontadas pelo autor para o atraso nos avanços de políticas afirmativas para população negra, como por exemplo as cotas raciais nas universidades que só ocorre a explosão do discurso em 1995 no Movimento Negro Unificado, quando comparamos com os Estados Unidos essa pauta já estava em prática desde 1960. Essa dicotomia da luta do Movimento Negro no Brasil e o Movimento Negro nos Estados Unidos, nos remete a alguns acontecimentos recentes que tiveram reações diferentes em ambos os países, a seguir iremos relembrar alguns.

---

<sup>12</sup> FANON. **Pele negra, máscaras brancas**, op. cit., p. 30.

<sup>13</sup> MUNANGA, op. cit., p. 11.

<sup>14</sup> FANON, op. cit., p. 27.



O primeiro é o assassinato de George Floyd<sup>15</sup> que fez ferver várias manifestações em todo o mundo, movimentos sociais e cidadãos de todo o país foram para as ruas buscar justiça, as redes sociais também contribuíram<sup>16</sup> muito com a hashtag “*#BlackLivesMatter*” que em tradução livre fica “*Vidas Negras Importam*”, ela se espalhou pelo Twitter, Instagram e Facebook, as plataformas sociais mais utilizadas.

Trazendo a relação do assassinato de Floyd morto por ser negro, sabemos exatamente do histórico de violências dos EUA em relação a todos os não brancos como a filósofa Ângela Davis já alerta e descreve em sua obra “*Mulheres, Raça e Classe (2016)*”, várias violências se intensificaram no pós-abolição, principalmente em relação as mulheres negras, segundo a autora:

No período posterior a 1872, anos de crescimento de grupos justiceiros como Ku Klux Klan<sup>17</sup> e Cavaleiros da Camélia Branca [Knights of the White Camellia], um novo pretexto foi fabricado. Os linchamentos eram apresentados como medida necessária para impedir a supremacia negra sobre a população branca – em outras palavras, para reafirmar a supremacia branca.<sup>18</sup>

Percebe-se que a violência praticada pela supremacia branca nos EUA é legitimada pelo Estado, o ódio aos negros e imigrantes sempre foi forte nesse território. É desse passado, que não conseguimos nos desvencilhar para entender o presente, pois são essas relações que reproduzem o racismo e pavor a tudo que os negros representam socialmente, a seguir alguns exemplos atuais que refletem o apagamento ou genocídio do povo negro.

O movimento *Black Lives Matter* surge em 2013 contra a violência policial e supremacia branca instituída nos EUA, vale ressaltar que o movimento é criado por três ativistas mulheres. Já no Brasil nesse mesmo período do assassinato de George Floyd, sete dias antes, aconteceu o assassinato do menino João Pedro,<sup>19</sup> baleado em uma ação policial no estado do Rio de Janeiro, as estatísticas<sup>20</sup> em relação ao ano de 2019 sobre a violência das ações policiais já comprovam que 78% dos mortos são negros.

---

<sup>15</sup> Afro-americano assassinado por um policial branco no dia 25 de maio de 2020, com o joelho sob o pescoço da vítima o policial permaneceu por oito minutos e quarenta e seis segundos, durante esse tempo ninguém consegue intervir na ação e Floyd veio a óbito, o motivo alegado para atitude do policial foi a entrega de uma nota de dólar falsa, ato esse que não se comprovou.

<sup>16</sup> Salientamos que durante a escrita do texto o mundo estava vivenciando a pandemia do Covid19 e esse fato intensificou a busca por justiça através das redes sociais.

<sup>17</sup> Conhecido também como KKK, foi uma organização com grupos extremistas que utilizavam da violência para matar negro, católicos e judeus majoritariamente, além de estuprarem mulheres, crianças e depois assassinarem.

<sup>18</sup> DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 200.

<sup>19</sup> Assassinado em uma operação policial, em São Gonçalo- Rio de Janeiro, a casa onde o adolescente estava com mais cinco jovens, foi alvejada com mais de 70 disparos no dia 18 de maio de 2020.

<sup>20</sup> Pretos e pardos representam 78% dos mortos por intervenção policial no Rio de Janeiro em 2019. A informação consta em um levantamento do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), obtido pelo G1 através da Lei de Acesso à Informação (LAI). Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de->

A grande questão em torno dos acontecimentos do assassinato de George Floyd e do menino João Pedro, fatos desumanos que refletem no racismo estrutural, se questionou muito: por que no Brasil não houve a mesma comoção popular, manifestações e mobilizações como no caso de George Floyd? Não estamos aqui querendo comparar tragédias, mas pensar em explicações a partir do contexto de formação histórica e social das identidades dos povos negros. Uma das explicações que trazemos é justamente a maneira como os Movimentos Negros se articularam nos EUA e como isso foi importante para construção da identidade subjetiva e coletiva da população negra ao longo da história, outra questão é que são situações semelhantes pois o foco é o extermínio da população negra, como já podemos identificar nos exemplos de Fanon em que na Argélia também aconteciam essas perseguições.

Destarte, no Brasil estamos caminhando na estruturação de um movimento coletivo de pertencimento e construção da identidade negra, precisamos nos unir e pensar estratégias educacionais que fortaleçam o pertencimento e identidade, políticas públicas que contribuam com equidade, acesso, permanência e pós permanências nos espaços educacionais e sociais.

Recorremos a Abdias do Nascimento, que no livro “*O Quilombismo*” detalha a importância dos movimentos de luta do povo negro no Brasil por identidade etnicorracial, desde o séc. XVI:

Há uma continuidade histórica na luta dos afro-brasileiros por sua identidade étnica e cultural que vem desde o século XVI, com a resistência dos quilombos e da República dos Palmares (1595 a 1695), à série de revoltas entre 1805 a 1835 na Bahia. Esta luta armada existiu até 1888, e com a emancipação formal dos negros escravizados, o esforço dos descendentes africanos por sua total libertação e resgate de sua dignidade humana continuou através de diversas organizações como exemplificam a Frente Negra Brasileira, na década dos 30, o Teatro Experimental do Negro, na década dos 40 a 60, os periódicos Clarim da Alvorada e Quilombo, o primeiro editado em São Paulo e o segundo no Rio. Em nossos dias, existe o já mencionado Movimento Negro Unificado Contra o Racismo e a Discriminação Racial que dá continuidade à mesma luta socioeconômica, cultural e política dos afro-brasileiros.<sup>21</sup>

Abdias nos remete a entender que o povo negro lutou contra o silenciamento, a violência e eliminação das populações indígenas e quilombolas, porém as legislações contribuíram com a reprodução do racismo estrutural no país e tudo isso dificultou o avanço das nossas lutas. O filósofo e advogado Silvio Almeida, no livro *Racismo Estrutural (2019)* fala justamente que o racismo é um processo histórico e político, em que é reproduzido pela

---

janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-aco-es-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml. Acesso em: ago. 2020.

<sup>21</sup> NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 222.

própria estrutura social na qual estamos inseridos “pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados”<sup>22</sup>.

Entende-se que a busca pela construção identitária da população negra encontra-se em uma encruzilhada histórica, temos a colonização que negou o sujeito de cor e potencializou o espelho narcisístico voltado para o brancóide, e de outro lado uma sociedade que foi educada e construída a partir da estrutura racista, em que os negros são negados de sua humanidade, como Fanon se referia e detalhava perfeitamente a crise identitária em que vivia na sociedade colonial racista:

(...)começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade<sup>23</sup>.

A negação da humanidade do negro que percebemos historicamente, faz parte do passado e presente, reflete nas ações que atingem nossa sociedade atual de forma social, jurídica, econômica, institucional e outras. A violência do Estado para com os corpos negros, faz parte da estrutura racista, e o direito legitima tudo isso, como podemos identificar em Achille Mbembe no livro “*Crítica da Razão Negra*”:

O direito foi, nesse caso, uma maneira de fundar juridicamente uma determinada ideia da humanidade dividida entre uma raça de conquistadores e outra de escravos. Só a raça dos conquistadores podia legitimamente se atribuir qualidade humana. A qualidade de ser humano não era conferida de imediato a todos, mas, ainda que o fosse, isso não aboliria as diferenças. De certo modo, a diferenciação entre o solo da Europa e o solo colonial era a consequência lógica da outra distinção, entre povos europeus e selvagens.<sup>24</sup>

Diante do que já viemos construindo na presente reflexão, compreendemos a necessidade de avançarmos no contexto educacional, como os sujeitos que estão à frente das instituições de ensino podem contribuir com o movimento decolonial e antirracista? Pensando a reparação histórica de lugar, pertencimento e protagonismo da população negra, para além da colônia? São nessas respostas que pretendemos chegar a seguir.

---

<sup>22</sup> ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 41.

<sup>23</sup> FANON, op. cit., p. 94.

<sup>24</sup> MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014. p. 115.

## **Educação:** decolonial e antirracista

Primeiramente destacamos a importância da análise do discurso e da escrita, os textos carregam influência colonial/ocidental como pilar universal, nacionalista e o que buscamos aqui é pensar justamente a educação decolonial e antirracista, com objetivo de reparação histórica e social, o lugar da África, dos países colonizados que tiveram sua história ocultada, as diásporas são o centro do debate.

Para entendermos a importância da educação decolonial e antirracista, é fundamental esclarecer que o pensamento decolonial é uma reivindicação histórica que busca mostrar o protagonismo do saber que compõe a sociedade pela ótica das populações subalternas que foram anuladas pelo nacionalismo, revisando assim a ideia de poder na modernidade e contemporaneidade. Pontuamos alguns procedimentos conceituais que concordamos nessa busca por uma educação decolonial e antirracista:

1. A localização das origens da modernidade na conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa, entre o final do século 15 e o início do 16, e não no Iluminismo ou na Revolução Industrial, como é comumente aceito; 2. A ênfase especial na estruturação do poder por meio do colonialismo e das dinâmicas constitutivas do sistema -mundo moderno/ capitalista e em suas formas específicas de acumulação e de exploração em escala global; 3. A compreensão da modernidade como fenômeno planetário constituído por relações assimétricas de poder, e não como fenômeno simétrico produzido na Europa e posteriormente estendido ao resto do mundo; 4. A assimetria das relações de poder entre a Europa e seus outros representa uma dimensão constitutiva da modernidade e, portanto, implica necessariamente a subalternização das práticas e subjetividades dos povos domina - dos; 5. A subalternização da maioria da população mundial se estabelece a partir de dois eixos estruturais baseados no controle do trabalho e no controle da intersubjetividade; 6. A designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade. (Uma breve história dos estudos decoloniais.<sup>25</sup>

Trazendo o pensamento decolonial para o exercício profissional em sala de aula, acreditamos que o educador tem papel fundamental em ser uma referência para as(os) alunas(os), levando essas reflexões para sala de aula, explicitando que a história não é apenas eurocêntrica, que temos outros protagonistas e esse movimento de contestação precisa motivar o ensino/pesquisa/aprendizagem/extensão.

Fanon influenciou o pensamento decolonial, principalmente na obra *Os Condenados da Terra*, levando a várias afirmações sobre a urgência em deixarmos o eurocentrismo como

---

<sup>25</sup> QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP Afterall, 2019. p. 5. Disponível em: <https://www.masp.org.br/uploads/temp/temp-FwYX8Hxk18aoTlcb8RLR.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

fundamento para tudo, alertando “vamos, camaradas, o jogo europeu está definitivamente terminado, é necessário encontrar outra coisa. Podemos fazer tudo hoje, desde que não macaqueemos a Europa, desde que não nos deixemos empolgar pelo desejo de alcançar a Europa”<sup>26</sup>, atentando sobre o olhar para a subjetividade dos povos colonizados, sobre a importância e protagonismo que pertence a cada sujeito. A Europa nesse sentido, estaria colocando em prática o plano universalista, como a detentora de saberes, os colonos como reflexo do espelho narcisístico que se espalharia por todo mundo e o branco seria reprodução de tudo isso, o modelo ideal de identidade “dentro nós, o modelo europeu é o mais exaltante”<sup>27</sup>.

O pensamento novo, é o chamado que Fanon faz a população negra “pela Europa, por nós mesmos e pela humanidade, camaradas, temos de mudar de procedimento, desenvolver um pensamento novo, tentar colocar de pé um homem novo”<sup>28</sup>. É nessa linha que seguimos acreditando na influência de Fanon para o pensamento decolonial, o pensamento novo é uma revisão histórica. A educação que acreditamos formar sujeitos protagonistas do saber como Abdias já conclamava no *O Quilombismo* “a história da África, das culturas, das civilizações e das artes africanas terão um lugar eminente nos currículos escolares. Criar uma Universidade Afro-Brasileira é uma necessidade dentro do programa quilombista”,<sup>29</sup> algumas dessas conquistas já tivemos como a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em 2010, a Lei 10639/2003 e 11645/2008<sup>30</sup>.

A educação antirracista deve ser praticada junto ao movimento decolonial, entendemos a escola como um espaço plural, que forma para cidadania e tem um ambiente propício para construção e potencialização das identidades dos alunos/as negros/as “é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história”<sup>31</sup>. A contemporaneidade vem intensificando esse debate e estamos conseguindo ter acesso a outras perspectivas históricas, principalmente com a participação efetiva dos Movimentos Sociais nessa luta.

## **Considerações Finais**

---

<sup>26</sup> FANON. **O; Condenados da Terra**, op. cit., p. 272.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 272.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 275.

<sup>29</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 276.

<sup>30</sup> Tornou obrigatório o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio e a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena.

<sup>31</sup> MUNANGA. **Negritudes: Usos e Sentidos**, op. cit., p. 27.

Reconhecemos que estamos no caminho certo para compreender a complexidade como o colonialismo ainda atinge nossa sociedade, como as formas de violências se deram no processo de dominação do intelecto do sujeito e para além disso, como pensarmos em ações para uma educação decolonial e antirracista. O Movimento Negro, o Movimento Feminista Negro, o Movimento Antimanicomial, entre outros Movimentos Sociais, vêm contribuindo e protagonizando avanços na conjuntura do Brasil contemporâneo.

Enquanto nos, negros e negras buscarmos enxergar a partir do espelho narcisístico brancóide, iremos continuar reproduzindo o sistema de dominação e o racismo estrutural, romper com esse olhar para o branco e o nacionalismo, é um ato de poder, em que necessita-se de sujeitos comprometidos no desvelamento do racismo, impulsionando ações decoloniais e antirracistas para além da sala de aula, o processo educacional é composto por lutas, contradições, política, sociais e outros. A população que o patriarcado classifica como subalterna, mas na verdade somam a maioria silenciada pelo sistema capitalista, precisa acompanhar essa disputa, afinal precisamos mostrar nossa voz nos espaços coletivos para enfrentar a reprodução do racismo e violências intensificadas pelo Estado.

A ideia de raça que surge no processo colonial e o colonialismo, como podemos observar em Kabengele Munanga, foram pontos essenciais para conduzirem a colonialidade e dominação dos povos negros. Entendendo que “a decolonialidade assume pretensões e ações que se voltam contra o domínio consolidado pelo processo de dominação estabelecido”<sup>32</sup>. Buscamos pensar estratégias para uma pedagogia-decolonial, que leve em consideração o questionar-se diante do projeto de dominação que se estruturou pela colonialidade e eurocentrismo. Como já mostramos ao longo das reflexões, o apagamento histórico das populações negras que o colonialismo praticou, as violências sob o corpo e alma do colonizado, a identidade desconstruída historicamente, são alguns dos exemplos que permanecem na estrutura racista do Brasil – as instituições são reproduções desse contexto, com o pensamento decolonial o que se apresenta é que “pode ser entendido como uma chance de incorporarmos uma pluralidade de saberes e conhecimentos antes invisibilizados”<sup>33</sup> assim, podemos incorporar ações decoloniais no exercício profissional educacional, desconstruindo o olhar apenas para ótica eurocêntrica.

A decolonialidade, é pensada, portanto, como uma possibilidade de que subjetividades outras dos/as historicamente subalternizados/as podem ser

---

<sup>32</sup> NETA, Maria; SILVA, Valéria. A colonialidade expressa no ensino de história: o desafio de perceber para mudar – por uma prática docente decolonial. **Anais da VII Semana de Integração**. Inhumas: UEG, v. 5, n. 1, p. 650-659, out. 2018. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/10951> Acesso em: ago. 2020.

<sup>33</sup> MIRANDA, Claudia; RIASCOS, Fanny. Pedagogias Decoloniais e Interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista. **Revista Educ. Foco**: Juiz de Fora, v. 21, n. 3, p. 545-572, set./dez. 2016. p. 560.

produzidas. Subjetividades que não estejam ancoradas nos pensamentos ocidentais e nem no capitalismo como estrutura. Por isto aqui, o reconhecimento do pensamento decolonial como esta prática insurgente capaz de alterar as hegemonias e normatizações históricas.<sup>34</sup>

Acreditamos que devemos partir da diáspora africana para trabalharmos outra perspectiva histórica, em que os negros produzam com o olhar para o espelho voltado para a identidade do seu povo, levando em consideração o pluralismo histórico e cultural, os pensamentos fanonianos contribuem nessa perspectiva, questionando a colonização e a importância de um movimento contrário, que potencialize e afirme a identidade etnicorracial.

---

<sup>34</sup> FERNANDES, Kelly. **Mulheres Negras das ciências e suas histórias como motes para a prática pedagógica na educação básica.** In: MACEDO, Aldenora Conceição de; BARBOSA, Jaqueline Aparecida. (org.). Práticas Pedagógicas de Resistência. A escola como lugar da diversidade. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 42-43.